

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Os números de 1996

Relatório de Actividades e Contas apresentado pela Direcção Nacional

De acordo com a nota introdutória do Relatório de Actividades e Contas do ano passado, o exercício de 1996 foi importante sob o ponto de vista do saneamento financeiro da Associação, o que levou à inversão do desequilíbrio que, na área, se vinha a fazer sentir há algum tempo. A

mesma nota destaca ainda o grande esforço de descentralização associativa, com especial incidência na participação activa dos sócios e na modernização dos serviços da Sede e delegações, que marcou o ano de 1996.

página 4 a 9



ADFA



PORTE PAGO

Director: José Diniz Ano XXIII Mensário, Abril 1997 Nº263 Preço 140\$00

Assembleia Geral Nacional no Porto aprova continuidade do processo reivindicativo

Sócios exigem medidas imediatas

CAPTURE DE ECRÃ/TELEJORNAL RTP1

Dia 22 de Março a Assembleia Geral Nacional Extraordinária reuniu mais de 150 sócios na Delegação da ADFA no Porto. Em cima da mesa esteve o processo reivindicativo apresentado pela Associação ao Ministério da Defesa no ano passado e que, até ao momento, não obteve medidas concretas. A esmagadora maioria dos presentes votou na continuidade da estratégia de reivindicação mas exige resultados práticos do Governo.

página 3



Assembleia Geral Nacional Ordinária

Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, que se realizará às 14h00 horas, do dia 19 de Abril de 1997, na Sede da ADFA, sita no Edifício ADFA, na Av. Padre Cruz, 1600 Lisboa, com a seguinte - ordem de trabalhos:

1 - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução dos orçamentos da ADFA (alínea c do artigo 34º); 2 - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e o respectivo Parecer do CFN (alínea b do artigo 34º); 3 - Proposta de actualização de quotas para 1998; 4 Regularização da situação dos associados que têm quotas em atraso (deliberação da AGN de 13ABR96).

Lisboa, 13 de Março de 1997

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício
(Presidente)

Câmara de Lisboa pode colaborar com ADFA



O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, visitou a Sede da ADFA e reuniu com a Direcção Nacional. Depois de conhecer os projectos de reabilitação em curso o autarca mostrou disponibilidade para iniciativas conjuntas.

página 2

Alunos deficientes reprovam universidades



As medidas encontradas pelas universidades para dar resposta às exigências dos alunos deficientes continuam a ser escassas e pontuais. Barreiras físicas, subsídios magros e falta de material são o quotidiano de um deficiente universitário.

página 10

João Soares visita ADFA e reúne com dirigentes

Centro de reabilitação com pernas para andar

Nuno Crespo

Na visita à Sede da ADFA, o presidente da Câmara de Lisboa não fez promessas. Mostrou interesse nas actividades da Associação e disponibilidade para colaborar em iniciativas conjuntas. Quanto ao centro de reabilitação considera que este pode ser um "projecto emblemático".

Conhecer as instalações da ADFA e os projectos de reabilitação em curso foram os principais objectivos do presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), João Soares, na visita à Sede da Associação, em Lisboa, dia 20 de Março.

Aproveitando o encontro, a Direcção Nacional explicou ao presidente a importância do papel da autarquia no centro de reabilitação da ADFA, pois parte dos terrenos onde está previsto o novo edifício pertencem à Câmara de Lisboa. Confrontado com a situação João Soares respondeu não querer "criar expectativas" mas disponibilizou-se para discutir o assunto. O projecto de reabilitação "ADFA 2000" passa pela criação de um espaço, circundante ao edifício Sede, onde será construída uma tipografia escola, uma oficina de próteses e uma área de formação.

Durante a visita, o autarca, além de conhecer alguns serviços da ADFA (gabinete de apoio aos sócios, restaurante, bar, áreas de consultas médicas), conversou - depois de assinar o livro de



O presidente da ADFA explicou a João Soares alguns promenores do futuro centro de reabilitação

honra -, cerca de meia hora com responsáveis dos Órgãos Sociais da Associação sobre a situação dos deficientes militares em particular, e a situação dos deficientes em geral, admitindo que, "apesar dos esforços, os serviços da Câmara precisam de melhorar no apoio aos cidadãos com deficiência".

Em relação ao projecto ADFA 2000, João Soares considera que este "pode ser emblemático" para iniciativas do género e que a Câmara de Lisboa está disponível para colaborar na sua concretização. O autarca acrescentou também que a cidade de Lisboa se orgulha do trabalho que a Associação tem realizado.

Na opinião de Humberto Sertório,

presidente da Direcção Nacional, existem dois problemas a ultrapassar para que o centro de reabilitação possa ser uma realidade: "o terreno e a limitação orçamental", já que, refere o responsável, "a verba que a Associação recebe do Ministério da Defesa e a quotização dos associados não é suficiente". O desenvolvimento de algumas actividades económicas (restaurante, bar, tipografia) tem sido a forma encontrada pela ADFA para se tornar economicamente mais independente. Este responsável, levantou a possibilidade da CML disponibilizar um espaço para "instalação de bombas de gasolina, não com o objectivo de criar mais valias mas sim para investir na obra social".

Também nesta matéria João Soares não fez promessas, explicando tratar-se de uma área sensível: "toda a gente quer bombas de gasolina e nós não queremos criar expectativas".

Na reunião, os dirigentes da ADFA comunicaram ainda ao autarca outros problemas, como por exemplo, a situação dos ex-militares deficientes que não são considerados como tal e a questão da habitação social dos associados de origem africana que vivem em bairros degradados (caso de Chelas) esperando há vários anos uma resposta da CML. Neste ponto o presidente da Câmara sugeriu a realização de uma reunião conjunta, secretário de Estado da Inserção Social, Ministério da Defesa e CML. ●

Editorial

O desafio da mudança

AS MUTAÇÕES nas sociedades e instituições têm sempre, em relação a si, entusiastas, cépticos e indiferentes. Entusiastas, os que vêem só, na mudança, os passos em frente e o progresso; cépticos, os que, com medo do risco, temem a alteração do status e a maçada de ter de reagir ao amorfismo; e os indiferentes, esses, que tanto lhes dá que o rio corra para a foz como para a nascente, desde que nunca lhes falte a água.

As mais recentes alterações produzidas na Associação dos Deficientes das Forças Armadas e aquelas que se desejam implementar, face ao futuro, não podiam fugir à regra e dividiram opinantes nos três vectores mencionados. Não é fácil encarar transformações nas formas de procedimento e em relação aos sistemas de funcionamento administrativo, tal como a busca do salto qualitativo que encaminhe a ADFA para a sua independência financeira que só pode ser exequível com uma pedagogia auto-assumida pelos seus dirigentes, a nível nacional e regional, com a passagem dessa mensagem a todo o tecido associativo. De forma diferente, estaremos perante um projecto destinado ao fracasso, ainda antes de se ter iniciado.

Faz parte das mais recentes alterações havidas, a procura de novas formas, que se pretendem mais eficazes, para difundir, junto dos associados e da opinião pública, a imagem da nossa associação, na esteira do que sempre foi pretendido de, sem modéstia nem demagogia, a colocar no lugar que lhe cabe na sociedade face ao trabalho que desenvolve desde há 23 anos, à dignidade dos objectivos que prossegue e ao alto significado dos direitos que defende.

O ELO é um dos mais importantes agentes activos desta nova forma de estar, tendo vindo, desde a sua edição de Dezembro, a procurar a forma

ideal, ainda não totalmente conseguida e sempre em renovação, para corresponder mais e melhor às tarefas que, nesta área, lhe correspondem. Sabemos que foi e continua a ser polémica a transformação nele operada! Estamos, no entanto, de espírito aberto e boa fé em busca da melhoria das soluções até agora encontradas, porque também sabemos, embora na sua justa proporção, o peso que o nosso jornal tem quer a nível interno, quer externo.

Lastimavelmente, e por questões pessoais que perfeitamente compreendemos, o Director do ELO, que tão importante agente foi nesta sua viragem, não vai poder continuar o trabalho que com tanta dedicação iniciou. Procuramos, e tão rapidamente quanto possível, encontrar substituto que, conforme entendemos, não integre a Direcção Nacional.

As mudanças e transformações trazem, normalmente consigo, algo de novo e, sendo ou não polémicas, aguçam a crítica e a contestação que, na generalidade, temperam e moderam os entusiasmos mais veementes. Os próximos eventos associativos são oportunidades soberanas para de tudo isto falarmos! A Assembleia Geral Nacional Ordinária e as comemorações do aniversário da ADFA em Bragança e em Viseu, quando se celebra um ano sobre a inauguração das suas actuais instalações, são ocasiões privilegiadas para em grande número e com entusiasmo, afirmarmos quais os caminhos que a ADFA deve percorrer para continuar a garantir aos deficientes das Forças Armadas e suas famílias a manutenção dos seus direitos e perspectivar-lhes um volume de soluções que lhes garanta, enquanto vivos, o bem-estar e a qualidade de vida que lhes devem ser sempre reconhecidas pela comunidade. ●

A Direcção Nacional

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

José Diniz

CONSELHO DE REDACÇÃO

Armindo Roque, Carmo Vicente,
Jaime Ferreri, José Maia,
Patuleia Mendes, Sã Flores,
Victor Sengo.

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Sabina Xavier Pina,
Farinho Lopes (fotografia)

COLABORADORES PERMANENTES

Abel Fortuna, Anabela Vieira,
António Carreiro, João
Gonçalves.

CONCEPÇÃO GRÁFICA

MAQUETAGEM

Miguel Peixe Dias

PAGINAÇÃO

Armindo Roque

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura
Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro:

Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinaturas:

Anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Umaro Jaló
- Madail Dionizio Cruz
- Paulo Jorge Novo Gomes
- Carlos Alberto Martins Calçada
- Casimiro Martins Pereira
- António da Silva M. Fernandes
- Guilherme Selombo Kalupeteka
- Alfa Bacar Sani
- Amadu Uri Bari
- Jorge Manuel B. Albuquerque

Agenda

- 9 de Abril, 10h30, reunião de associados em Chaves, nas instalações dos Bombeiros Voluntários Flavienses
- 12 de Abril, 10 horas, reunião na Lixa, nos Bombeiros Voluntários da Lixa; 15 horas, reunião em Vila Real, nos Bombeiros Voluntários de Vila Real
- 24 de Abril, jantar com noite de fados na Delegação do Porto
- 25 de Abril, comemoração do 25 de Abril na Delegação do Porto
- 2 de Maio, I encontro de associadas da Delegação do Porto

Informação

Braga - Foi eleita em Assembleia, no dia 8 de Março, a Direcção para o Núcleo de Braga:
Presidente - António Barbosa de Sousa (sócio nº8682)
1º Vogal - Luís Mota Ribeiro (sócio nº3446)
2º Vogal - Abílio da Costa Rodrigues (sócio nº5460)

Associados querem respostas do Governo

Anabela Vieira

Mais de 150 associados da ADFA reuniram-se no Porto para a Assembleia Geral Nacional Extraordinária. Em causa esteve a continuidade do processo reivindicativo apresentado ao Ministério da Defesa para resolver os problemas mais graves dos deficientes militares. Ao fim de quatro horas de debate a continuidade do processo reivindicativo foi aprovada pela esmagadora maioria dos presentes como a melhor via para atingir os objectivos junto do Governo.



As propostas entregues à mesa foram admitidas para discussão

Realizou-se no dia 22 de Março, na Delegação do Porto, a Assembleia Geral Nacional Extraordinária. O principal objectivo foi decidir qual o rumo a seguir pela ADFA, relativamente às questões reivindicativas. A proposta aprovada, apresentada pela Direcção Nacional, contou apenas com dois votos contra.

Na presença de mais de 150 sócios, Humberto Sertório, Presidente da Direcção Nacional, começou por fazer o ponto da situação relativamente à posição do Governo face ao caderno reivindicativo apresentado pela ADFA ao Ministério da Defesa Nacional (MDN). Quanto à questão da acumulação de pensões o responsável adiantou que "o problema está a ser discutido. A ter o seu andamento"; relativamente à proposta de baixar de 70 para 60 por cento o grau de incapacidade exigido para se ser considerado Grande Deficiente das Forças Armadas (G DFA) "notou-se uma aceitação por parte das entidades responsáveis"; já que diz respeito à pensão de preço de sangue atribuída às viúvas, Humberto Sertório explicou que "a resposta é positiva desde que as viúvas não estejam abrangidas por outro sistema de Segurança Social"; no que toca às juntas médicas estão a ser feitos esforços no sentido de estas virem a ser mistas, ou seja, com a presença de elementos militares e da Caixa Geral de Aposentações, isto, conclui Humberto Sertório, "para evitar discrepância na atribuição do grau de incapacidade". No entanto, o presidente da Direcção Nacional diz que estas intenções, por enquanto não passam disso mesmo pois

ainda não está nada legislado nem foram estipulados prazos para que isso aconteça.

Catarino Salgado, da Direcção Nacional, fez o ponto da situação relativamente às conversações no âmbito do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas. Segundo este elemento da Direcção Nacional e representante da ADFA no referido Conselho, "todos os assuntos propostos foram aceites politicamente para discussão". No entanto, "não há nenhuma resposta concreta em qualquer matéria". Quanto à questão da acumulação da pensão de invalidez com a pensão de aposentação, ficou decidido "dar prioridade a este ponto nas negociações com a Caixa Geral de Aposentações".

Propostas alternativas

Verificando-se a falta de medidas concretas no sentido de dar resposta às pretensões da ADFA, contidas no caderno reivindicativo, os sócios apresentaram à mesa da Assembleia Geral as suas propostas de medidas a serem tomadas de modo a pressionar o Governo na resolução de problemas que afectam grande parte dos deficientes militares. Todas as propostas foram admitidas para discussão.

Devido ao avanço da hora, e estando ainda dez sócios inscritos para falar, foi apresentado à mesa um requerimento no sentido de "em prejuízo dos inscritos, se proceder imediatamente à votação das propostas". A aprovação deste documento foi motivo de grande

polémica e levou a que alguns associados abandonassem a sala.

A primeira proposta, foi apresentada por Armindo Roque e propunha a realização de uma manifestação, com saída da Sede nacional da ADFA até ao Palácio de São Bento. Esta proposta contou com apenas um voto favorável, - do próprio autor - sendo por isso rejeitada.

A segunda proposta foi apresentada pela Direcção Nacional contendo como principais pontos "a definição dos limites dos conceitos de 'Campanha', 'Serviço de Campanha' e 'situações de risco equiparado' (decreto-lei 43/76 de 20 de Janeiro) de forma a abranger as situações de preparação ou participação na guerra ou guerrilha." Relativamente aos deficientes em serviço a proposta visa dar prioridade à resolução de algumas questões concretas como a acumulação da Pensão de Invalidez com a Pensão de Aposentação da Função Pública; acumulação da Pensão de Invalidez com o subsídio de Desemprego e de Doença; inscrição no Instituto de Acção Social das Forças Armadas; revisão do grau de invalidez após os dez anos da fixação da pensão; considerar que seja alterado para 60 por cento o grau mínimo de incapacidade para a qualificação de G DFA.

Estender direitos

Um outro ponto da proposta é a "extensão do direito à Pensão de Preço de Sangue a todas as viúvas dos deficientes militares". O mesmo

documento avança ainda a necessidade da adopção de medidas que acabem com contradições entre as decisões das juntas médicas da CGA e Militares; que o cálculo das pensões dos DFA's seja feito na base do último escalão do posto. Como medidas a adoptar, no sentido de exercer uma maior pressão sobre o Governo, a Direcção Nacional propõe "convocar uma conferência de Imprensa na Sede da ADFA; dar conhecimento a todas as estruturas governamentais e aos poderes públicos, aos níveis central, regional e local envolvendo as Direcções de Delegação neste processo; levar ao conhecimento da Assembleia da República e das estruturas partidárias as decisões desta Assembleia Geral Extraordinária. Esta proposta foi aprovada com apenas dois votos contra.

A terceira e quarta propostas foram apresentadas por Albino Maia. A primeira propõe "que todos os deficientes militares que sofreram as suas deficiências no período da Guerra Colonial sejam abrangidos pelo decreto-lei 43/76; que seja criada legislação própria para os deficientes militares; que sejam resolvidos todos os casos sem nexo de causalidade; que o cálculo das pensões seja feito na base do último escalão dos militares no activo; que todas as viúvas dos deficientes militares tenham direito a pensão de Preço de Sangue, independentemente das causas da morte; que todos os deficientes possam recorrer a novas juntas médicas sempre que seja necessário e que as juntas médicas sejam apenas militares".

Quanto à segunda proposta apresentada por Albino Maia, esta propõe "que a ADFA encomende com a máxima urgência um parecer jurídico sobre a situação dos deficientes considerados em Serviço; que este parecer, para além do acompanhamento da Direcção Nacional tenha também o acompanhamento de dois ou três sócios considerados em serviço; quando a Direcção Nacional for recebida pelo Ministério da Defesa ou outro se faça acompanhar por um ou dois sócios considerados em serviço". Ambas as propostas apresentadas por este sócio foram rejeitadas.

A apresentação da segunda proposta, por Albino Maia foi alvo de grande contestação pela maioria dos presentes. Segundo Augusto Santos, um dos contestatários, "esta proposta foi uma clara moção de censura à actual Direcção Nacional, esta Direcção foi eleita democraticamente, por isso o nosso dever de sócios é apoiá-la". No entanto, o mesmo associado afirma que "a sua posição - da Direcção Nacional - deveria ser mais firme. Mais rígida". ●



LUSA
20 de Março de 1997

"A Associação dos Deficientes das Forças Armadas solicitou hoje ao presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, um terreno anexo à sua sede para instalar uma oficina de próteses, uma tipografia e uma área de formação. A ADFA já tinha pedido a cedência do terreno há um ano (...) João Soares, que hoje visitou a sede da ADFA, disse que o pedido não chegou ao seu conhecimento e mostrou-se aberto a estudar o assunto."

CORREIO DA MANHÃ
21 de Março de 1997

"Os deficientes das Forças Armadas estão descontentes com o Estado e vão reunir em assembleia geral nacional da sua associação, amanhã, para decidir quais as medidas a tomar no sentido de verem satisfeitas as suas reivindicações. (...) Ora, a ADFA recorda que apresentou há um ano um caderno reivindicativo ao Ministério da Defesa, no qual apontava para a tentativa de resolver o problema dos deficientes em serviço..."

EXPRESSO
28 de Março de 1997

"O serviço militar de quatro meses é uma tragédia." Jorge Sampaio

EXPRESSO
28 de Março de 1997

"A existência de Forças Armadas está indissoluvelmente ligada ao próprio conceito de soberania nacional. Portugal não poderá emparecear com os outros Estados europeus se não dispuser de um Exército digno, organizado, estruturado."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
28 de Março de 1997

"Em Portugal, sempre se deram mal aqueles que tentaram introduzir a lógica dos partidos políticos na instituição militar." José Freire Antunes

Serviços na Delegação do Porto

<p>SERVIÇOS SOCIAIS Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento</p> <p>SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00 Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00 Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa</p> <p>GABINETE JURÍDICO Responsável: Dr.ª Manuela Santos</p> <p>BAR / RESTAURANTE Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês</p>	<p>CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA Médico: Dr. Gustavo Wallenstein</p> <p>Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento</p> <p>COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS Assistente: \12Couto</p> <p>CAMPO DE JOGOS Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho</p> <p>CONTACTOS: Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO

Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução.
Venda de veículos novos e em segunda mão.
Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS
Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto
tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional relativo ao Exercício de 1996

INTRODUÇÃO

O ano de 1996 caracterizou-se, fundamentalmente, pelo novo enquadramento da reivindicação legislativa apresentada, pela ADFA, ao novo Governo.

O documento, intitulado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", entregue ao MDN, em Janeiro de 1996, assenta em três pressupostos fundamentais, a saber:

- a criação de uma Estrutura para a Coordenação e Apoio à Reabilitação dos Deficientes Militares;
- a criação de um enquadramento específico para os deficientes militares em serviço; e
- a manutenção do Estatuto dos DFA, complementado por medidas novas de actualização e reforço dos seus direitos.

A Direcção Nacional desenvolveu, durante o ano, uma série de iniciativas com o objectivo de abrir a ADFA à sociedade promovendo, o reforço da sua imagem junto da opinião pública.

No ponto de vista interno, o ano foi marcado por um grande esforço de descentralização associativa, com especial incidência na participação activa dos sócios e na modernização dos Serviços da Sede e Delegações.

O exercício de 1996 foi importante sob o ponto de vista do saneamento financeiro da Associação, tendo-se invertido o desequilíbrio que, na área, se vinha fazendo sentir há algum tempo.

Este ano foi decisivo para a implementação da cooperação com as organizações congéneres dos Palop.

Não esquecemos, no entanto, os deficientes que serviram as Forças Armadas Portuguesas naqueles Países, tendo sido, durante o ano, criado o Núcleo da ADFA no Maputo.

Como reconhecimento da actividade da ADFA, em prol dos Deficientes Militares e da comunidade em geral, constituiu, ponto alto, a condecoração da ADFA com o título de Membro Honorário da Ordem do Mérito, atribuída por Sua Excelência o Presidente da República, na visita que efectuou à nossa Sede nacional, em 13.02.96.

I - ACTIVIDADE INTERNA -

1. Participação Associativa

Com o objectivo de estabelecer contacto com todos os associados, a nível regional, a DN esteve presente em todas as Assembleias Gerais de Delegação, o que tornou possível a permuta de informação e comunicação entre os órgãos nacionais e regionais, auscultando-se os problemas e aspirações dos associados residentes em todo o país.

O ano de 1996 permitiu a renovação, em qualidade e quantidade, da participação dos associados, nomeadamente, os residentes na área de Lisboa.

Tal intervenção contribuiu, decisivamente, para o relançamento das grandes questões legislativas pendentes e para a reformulação dos serviços, contributo fundamental para a projecção da ADFA no exterior.

A comissão para o estudo da criação da Delegação de Lisboa, nomeada pelo Conselho Nacional, na continuação da nova base estatutária, efectuou o levantamento das implicações que a criação desta nova estrutura associativa provocará.

Os resultados do seu trabalho foram objecto de análise por parte do Conselho Nacional, já em 1997.

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, realizada em 13 de Abril, constituiu um marco importante na vida associativa, tendo deliberado sobre:

- a estratégia legislativa da ADFA;
- as medidas a adoptar, quanto aos associados com quotas em atraso;
- e a possível alteração do estatuto jurídico do CRPG.

A AGNO incumbiu, ainda, a DN de mandar efectuar auditorias, em certas áreas da gestão financeira, a fim de garantir, em cada momento, a transparência associativa.

Mercaram um destaque especial, no ano de 1996, as cerimónias e actos associativos que ocorreram, em 4 de Maio, na ocasião da inauguração das novas instalações da ADFA em Viseu.

Este evento revelou a grande dinâmica e empen-

hamento dos associados e dirigentes daquela Delegação.

O aniversário da ADFA foi comemorado, no dia 14 de Maio, na Sede, com a realização de um Colóquio subordinado ao tema "Política Nacional de Reabilitação, Novos Caminhos, Nova Esperança".

Este Colóquio, presidido pelo Secretário de Estado da Inserção Social, contou com a participação do, então, recém empossado Secretário Nacional de Reabilitação e de Organizações de e para pessoas com deficiência.

Merece especial referência, neste Aniversário, a visita à Sede, realizada pelos associados da Delegação de Évora e do Núcleo de Alcobça, que constituiu um importante momento de convívio associativo.

Na sequência dos encontros de associados paraplégicos e tetraplégicos, teve lugar na Sede, no dia 22 de Junho, mais uma iniciativa do programa "2+4" que reuniu muitos associados e seus familiares. Este encontro serviu para realçar os problemas específicos deste grupo de associados tais como, a assistência médica, o internamento em Lares adequados e medidas específicas de apoio às suas esposas pela sua dedicação exclusiva.

Por iniciativa da DN, teve lugar o 1º grande encontro de Dirigentes Associativos e Quadros Técnicos da ADFA. Este encontro teve, como objectivo, traçar algumas linhas da reorganização e modernização da nossa Associação, no sentido de permitir, aos associados, a prestação de serviços de qualidade, numa óptica de economia e rentabilização de recursos.

Na área de Lisboa, realizaram-se convívios associativos que mereceram especial destaque:

- O encontro associativo, em Valado de Frades, organizado pelo Núcleo de Alcobça
- e a Noite de Fados Ribatejana organizada pelo Núcleo de Aveiras de Cima.

O aniversário do Jornal ELO, teve como momentos importantes a realização de Colóquios subordinados aos Temas "Reabilitação - Que Política?", no dia 22 de Novembro, e a "A Guerra Colonial na Literatura", seguido de Jantar-Convívio em 23.

Em relação ao colóquio do dia 22, a ADFA e as Organizações de e para deficientes emitiram um comunicado conjunto, expressando a sua indignação pela ausência do Senhor Secretário Nacional da Reabilitação e pelo facto de, passado um ano de criadas expectativas, não haver, ainda, qualquer definição e implementação de uma política nacional de reabilitação.

A demissão da Direcção Nacional, em meados de Outubro, introduziu elementos novos na dinâmica da vida associativa, com alguns reflexos negativos, os quais provocaram um decréscimo das actividades da Associação tendo este processo culminado com a convocação da Assembleia Geral Extraordinária Eleitoral, para o dia 11 de Janeiro de 1997.

2 - Serviços da Sede

Na continuação do trabalho efectuado, em 1995, foram remodelados e ampliados os serviços clínicos e reorganizados os serviços de apoio jurídico, de atendimento directo e de apoio social.

Na área da gestão, foram lançados os fundamentos para a criação de centros de custos, que começaram a ser implementados a partir de 1 de Janeiro de 1997.

Na área da informática, entrou em funcionamento o novo software administrativo e continuou o processo de preenchimento da base de dados biográficos dos associados. Complementarmente, foi adquirido hardware para apoio aos diversos serviços da Sede e Delegações.

Foram melhoradas as condições de trabalho na Sede Nacional, que foi dotada, nomeadamente, com equipamento de ar condicionado para várias áreas do edifício.

O Bar-Restaurante continuou a ser gerido, directamente, pela nossa Associação, com resultados francamente positivos, quer pela qualidade das refeições servidas, quer pelos custos inerentes ao seu funcionamento. Durante o ano foram servidas mais de nove mil refeições aos utentes.

2.1 - Gabinete dos Órgãos Sociais

Este gabinete correspondeu às solicitações dos Órgãos Sociais Nacionais e garantiu a articulação com as Delegações e Núcleos.

Dado o crescente volume de trabalho, foi admitida

mais uma Secretária, o que permitiu o normal funcionamento deste serviço, que funcionou como charneira, a nível interno e externo.

Durante o ano, recebeu 3496 ofícios, dirigidos à Sede e expediu 491, no âmbito da sua própria acção.

2.2 - Gestão e Funcionamento

O facto de se ter admitido, em 1996, um Licenciado em Gestão, trabalhando em articulação com a Técnica de Contabilidade, e graças à dedicação dos trabalhadores deste sector, veio permitir uma progressiva responsabilização e maior eficiência nestes serviços de apoio a toda a estrutura da ADFA.

2.3 - Património

Dado o valioso e diversificado Património da ADFA, foram reiniciadas as tarefas de controle e inventariação dos valores patrimoniais existentes, numa perspectiva de gestão integrada.

Foi adquirido, para a frota de viaturas da Associação, um veículo adaptado para transporte de grandes Deficientes Motores.

O Edifício-Sede continua a exigir grandes dispêndios financeiros para a sua conservação e manutenção; devido a deficiências de edificação, foi solicitado à empresa construtora, de acordo com o contrato de empreitada, que esta proceda à eliminação de tais defeitos, nomeadamente os ligados à impermeabilização do edifício.

O esforço de investimento na Sede, para melhoria das condições de trabalho, foi alargado às Delegações, salientando-se o apreciável investimento, para além do da

aquisição, nas novas instalações da Delegação de Viseu e que consistiu na compartimentação interna das mesmas.

Foi adquirido, pela Sede, material de comunicação para diversas Delegações, do qual se realçam aparelhos de telecópia e computadores.

2.4 - Actividades Económicas

Em 1996, iniciou-se a discussão associativa acerca do Projecto de Independência Económica para a ADFA, o qual vem merecendo o apoio global dos Órgãos Sociais e dos Associados, em geral.

Foi lançado o projecto ADFACAR, destinado a implementar a venda especial de viaturas a associados, o qual já evidencia resultados positivos apurados no final do exercício.

Foi obtida, do Conselho Nacional, a autorização para a constituição de uma empresa, com o objectivo de gerir as acções de cooperação da ADFA com os Palop. A deslocação de uma equipa da ADFA, a Angola, foi já efectuada e enquadrada dentro dos objectivos desta empresa.

Reincrementaram-se as conversações com a Câmara Municipal de Silves e iniciaram-se contactos com o Núcleo de Estudos dos Alunos do Território, do Instituto Superior Técnico, coordenado pelo Prof. Engº Paulo Correia, com a finalidade da possível construção, em terreno cedido por aquela autarquia, de um Centro de Repouso e Reabilitação, que possa servir, também, a população deficiente da região Algarvia.

2.5 - Tipografia-Escola

A Tipografia-Escola da ADFA assentou, no ano de 1996, a sua tarefa nas áreas da produção e formação profissional.

Durante o ano, manteve-se a procura incessante de uma alternativa para a reinstalação deste centro produtivo. Chegaram a existir, inclusivamente, boas perspectivas da sua transferência para os terrenos da Quinta da Luz, situação que se protelou graças a falta de resposta adequada por parte do CRSSL.

Perante tal situação, a DN decidiu candidatar-se, através do nosso Projecto "ADFA 2000", aos fundos disponíveis e contidos na medida 5 do projecto "Integrar" que inclui as valências seguintes:

- implantação da Tipografia-Escola;
- Oficina de próteses, Centro médico e de Formação profissional.

Pretende-se que este projecto seja implantado nos terrenos anexos ao Edifício-Sede, aguardando a ADFA que seja produzido, durante o ano de 1997, despacho favorável a esta sua pretensão.

A Tipografia-Escola facturou durante o exercício findo, o montante de 122 mil contos.

2.6 - Formação Profissional

Foram ministrados, no decorrer do ano, na Sede, oito cursos de Formação Profissional, a um total de 65 formandos.

As áreas de formação envolveram os sectores seguintes:

- Escritório Electrónico (estágio e formação)
- Técnico de Sistemas Eléctricos (estágio e formação)
- Encadernação
- Aplicação de Informática (Estágio)
- Artes Gráficas
- Artesanato, Escultura e Pintura

Estas acções de formação, apoiadas pelo IIEFP, tiveram custos globais na ordem dos 75 mil contos.

Foram também continuadas as acções de Formação Profissional continuadas a trabalhadores de vários sectores da actividade.

2.7 - Gabinete de Estudos

Foi contratada uma Socióloga para implementar o Gabinete de Estudos, destinado à recolha, sistematização e divulgação de informação respeitante à ADFA e à problemática da reabilitação das pessoas com deficiência.

Foi acometida à responsabilidade do gabinete a elaboração de um dossier específico, na área da legislação aplicável aos deficientes militares e às pensões de preço de sangue.

Encontra-se, ainda, incumbido o gabinete de estudos de efectuar a ligação à rede Internet, para aí serem divulgados os objectivos e actividades da ADFA.

2.8 - Jornal "ELO"

Foi iniciada a reformulação técnica do Jornal ELO, com a finalidade de melhorar a sua qualidade gráfica e de conteúdo, o que permitirá a criação de condições para o aumento de inclusão de publicidade nas suas páginas.

Pretende, deste modo, dar-se uma imagem da ADFA e do seu órgão de comunicação social, mais consentânea com o trabalho que se tem vindo a desenvolver, abrindo-se novos espaços de penetração do Jornal para as posições e mensagens a difundir, pela nossa Associação.

A remodelação, levada a efeito, envolveu a contratação de quadros técnicos, o que aumentou os custos de produção. Espera-se, no entanto, que, no ano de 1997, parte, ou a totalidade, destes custos venham a ser cobertos pelo aumento da publicidade a inserir.

2.9 - Departamento de Apoio aos Sócios

O DAS e o GJ foram objecto de profundas alterações, tendo em vista dotar a ADFA de serviços mais personalizados, mais eficientes e com maior garantia de qualificação técnica.

A reestruturação, remodelação e reorganização, foram iniciadas em Abril de 1996, e consistiram na justaposição das duas estruturas, alterando-as fisicamente, para corresponderem a tal objectivo. Redefiniram-se, assim, princípios, regras de procedimento e funções dos trabalhadores envolvidos.

O Departamento passou a ser chefiado e supervisionado por Advogado.

No final do ano, iniciaram-se os preparativos para enquadrar, também neste Departamento, o Serviço de Acção Social que, em Novembro, passou a integrar o DAS.

A nova estrutura, que deverá manter a mesma nomenclatura, compõe-se de:

- Gabinete Jurídico (GJ)
- Serviço de Acção Social (SAS)
- Serviço de Recepção/Atendimento (SA)

O DAS desempenha funções de apoio técnico, a nível nacional, a todos os órgãos e estruturas da ADFA e aos associados adstritos à Sede Nacional.

Das actividades do DAS, destacam-se a inscrição de 320 novos sócios efectivos e 109 pendentes, lamentando-se o conhecimento tomado do falecimento de 70 associados.

Para além do atendimento pessoal, de cerca de 5000 associados, o DAS, durante o ano transacto, elaborou todo o tipo de documentação inerente à abertura e reabertura de novos processos de qualificação de deficiente militar, promoveu consultas para a

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1996

respectiva instrução, recorreu de decisões desfavoráveis às pretensões dos associados, elaborou pareceres de apoio aos órgãos nacionais e regionais, tendo recebido um vultoso número de correspondência, a que houve que dar resposta, quer dos serviços oficiais, quer dos nossos sócios.

Após uma análise dos casos atendidos, na área do Serviço de Acção Social, constatou-se que a ele recorreram 313 indivíduos, num total que abrange sócios, familiares, funcionários da ADFA e frequentadores dos cursos de formação profissional. Cumpre realçar o trabalho externo, desenvolvido por este serviço, que nessa circunstância, acompanhou 184 associados. Foram, assim, atendidos, na Sede e no exterior, 507 indivíduos.

Com o objectivo de conhecer as situações sócio-económicas dos associados, oriundos dos Palop, residentes na área de Lisboa, a ADFA, com a colaboração de estagiários da área da Segurança Social da Universidade Lusitana, promoveu um inquérito, do qual resultaram importantes conclusões sobre a situação social e nível da qualidade de vida daqueles associados.

Os resultados deste inquérito foram enviados para o Alto Comissário para as Minorias Étnicas, MDN, CRSSL e Câmaras Municipais das áreas de residência dos associados, alvo do inquérito.

3 - Serviço de Apoio Clínico

Durante o ano findo, foram preparadas as necessárias instalações e adquirido o equipamento para o início do funcionamento, em 1997, das valências de Fisioterapia, Fisioterapia e Estomatologia.

Realizaram-se, no período, para além das Consultas de psicologia clínica, 1625 consultas de clínica geral, 99 de Urologia, 110 de Psiquiatria.

Este volume de consultas, prestado, pela ADFA, aos associados e seus familiares, representa já uma prestação substancial, em substituição das estruturas hospitalares militares, estando a DN certa de que, em 1997, este número virá a aumentar consideravelmente, devido à entrada em funcionamento das novas especialidades.

A actual situação constitui um desafio para a ADFA, na área da assistência médica! Ela obrigá-nos-á, a curto prazo, a encarar a hipótese de criar uma verdadeira clínica que possa responder, em termos de qualidade e quantidade, à procura incessante dos nossos serviços por parte dos associados e seus familiares.

No âmbito do apoio prestado aos associados afectados pelo DPTS, foi proporcionado, no Hospital Júlio de Matos, um estágio à Psicóloga clínica da ADFA que ficou, deste modo, mais habilitada a prosseguir as acções de despiste, tratamento, acompanhamento e encaminhamento dos doentes para os respectivos serviços clínicos dos hospitais militares.

A ADFA realizou em 4 de Outubro, um Colóquio sobre o "Stress de Guerra" que foi presidido pelo Senhor General Ramalho Eanes, a convite que lhe fora formulado pela DN, em audiência concedida no dia 10 de Julho.

O evento contou com os apoios técnicos do Professor Afonso de Albuquerque, do Director do Serviço de Psiquiatria do HMP, Dr. José Leitão e da equipa técnica da ADFA composta pelos Drs. Fernando Brito, José Tropa e Teresa Infante.

II

- ACTIVIDADES EXTERNAS -

1 - Relançamento da Imagem da ADFA

A visita à ADFA, em 13 de Fevereiro de 1996, de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Mário Soares, constituiu o reconhecimento, ao mais alto nível, da acção desenvolvida pela ADFA, desde a sua

criação.

No decorrer da cerimónia pública, realizada na Sede Nacional, o Senhor Presidente da República agradeceu a ADFA com o título Honorário da "Ordem do Mérito", o que muito honrou esta Associação e todos os deficientes das Forças Armadas.

No início do mandato, do Dr. João Soares, como Presidente da CML, a DN apresentou-lhe cumprimentos, convidando-o a visitar a Sede da ADFA, facto que se concretizará em 1997.

Na ocasião, foi solicitado, àquele autarca, o seu empenhamento para que as obras de alteração e adaptação, na Av. Rainha D. Amélia, se efectuem com a possível brevidade, para que as pessoas com deficiência nela possam circular livremente. Tal reivindicação assenta no facto de na área, adjacente à nossa Sede, existirem diversas instituições de deficientes e estruturas de reabilitação.

Uma Delegação dos Órgãos Sociais da ADFA deslocou-se à Região Autónoma da Madeira, onde participou numa reunião da respectiva Assembleia Regional, dedicada, em especial, aos problemas dos deficientes militares.

Para divulgação do documento "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", foi promovida uma Conferência de Imprensa, no dia 31 de Janeiro, na Sede, que contou com a presença de todos os canais de televisão, informação escrita e estações de rádio.

A ADFA foi convidada a fazer-se representar na cerimónia de tomada de posse do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, tendo estado, igualmente, presente na recepção, por este oferecida ao Corpo Diplomático, em Novembro.

A DN foi recebida, pelo Senhor Presidente da República, no dia 10 de Abril, a qual lhe apresentou cumprimentos e expôs a situação com que ainda se debatem os deficientes militares. O Dr. Jorge Sampaio, na ocasião, demonstrou uma enorme sensibilidade e humanismo para com os problemas dos deficientes militares e considerou que as Nações não podem esquecer a sua História.

Realizou-se, na Sede da ADFA, na ocasião do seu aniversário, um colóquio, subordinado ao tema "O Cinema e a Guerra Colonial", no qual se concluiu que Portugal pouco, ou nada, tem feito, sobre esta matéria, em contraste com outros países.

Na sequência deste encontro, a ADFA contou com a colaboração da empresa "Por Obra e Graça", que realizou um "spot" publicitário sobre a Guerra Colonial, que foi divulgado, em todos os canais televisivos, durante os meses de Maio e Junho.

Realizou-se, na Sede da ADFA, na ocasião do seu aniversário, um colóquio, subordinado ao tema "O Cinema e a Guerra Colonial", no qual se concluiu que Portugal pouco, ou nada, tem feito, sobre esta matéria, em contraste com outros países.

Na sequência deste encontro, a ADFA contou com a colaboração da empresa "Por Obra e Graça", que realizou um "spot" publicitário sobre a Guerra Colonial, que foi divulgado, em todos os canais televisivos, durante os meses de Maio e Junho.

A ADFA, em colaboração com a R.T.P., empenhou-se vivamente, ao nível da Sede e Delegações, na produção de um documentário sobre "A Guerra Colonial e suas Consequências", cuja captação de imagens começou no último trimestre de 1996.

Este Filme/Documentário será exibido durante o ano de 1997, e constituirá o início de uma série mais ambiciosa, a realizar também, pela ADFA e pela R.T.P., durante os próximos 3 anos.

Foram reforçados os laços de amizade e cooperação entre a ADFA e a Associação 25 de Abril, tendo as respectivas Direcções efectuado um encontro de trabalho, para tratar de assuntos de interesse mútuo.

A ADFA esteve presente, através do CRPG, na AJUTECH, 4ª. Feira Internacional de Ajudas Técnicas e novas Tecnologias, que se realizou na Exponor, de 26 a 29 de Setembro.

A Associação esteve presente nas cerimónias fúnebres, na ocasião do falecimento do Senhor Marechal António de Spínola.

A convite da CNOD, a ADFA fez-se representar no 2º Parlamento Nacional de Deficientes, que se realizou, no dia 30 de Novembro, na Sala do Senado da Assembleia da República.

Em representação da FMAC, a Associação esteve presente, na qualidade de ONG observadora, na Cimeira para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE), que teve lugar, no Centro Cultural de Belém,

nos dias 2 e 3 de Dezembro.

Por iniciativa da Delegação do Funchal, e a convite desta, a DN esteve representada na semana dedicada à divulgação da Guerra Colonial e suas Consequências, levada a efeito na capital madeirense no mês de Novembro. A semana integrou uma exposição alusiva à Guerra Colonial e diversos Colóquios abertos à População.

A DN participou nas Comemorações do 1º de Dezembro, organizadas pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

2 - Estratégia Legislativa

A ADFA assentou a sua estratégia legislativa, no ano de 1996, na entrega, ao MDN, no mês de Janeiro, do documento intitulado "Estruturas de Apoio e Legislação para os Deficientes Militares", conjugada com audiências, no sentido de sensibilizar as entidades civis e militares, para a resolução dos problemas constantes do referido documento.

Nas várias audiências, designadamente, com o Ministro e com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e com a Comissão Parlamentar de Defesa, a DN reiterou que a solução das questões, relativas aos deficientes militares, que se vêm arrastando de Governo para Governo, passa por uma clara vontade política de encarar, definitivamente, as sequelas que subsistem da Guerra Colonial.

Na audiência, com o Secretário de Estado da Defesa Nacional, realizada em 10 de Outubro, as expectativas dos associados da ADFA foram defraudadas, dado que não se verificaram quaisquer avanços concretos, em relação às propostas entregues em Janeiro.

Das pretensões da ADFA, o MDN, apenas se disponibilizou para encarar a futura criação do Conselho Consultivo para o equacionamento dos problemas dos deficientes militares, em substituição do Alto Comissariado, proposto pela ADFA.

A reunião prévia de tal Conselho Consultivo, para a análise do despacho ministerial, que lhe daria origem, realizou-se em 11 de Outubro, tendo nela participado representantes do MDN, dos 3 ramos das Forças Armadas e da ADFA.

Em relação às questões apresentadas pela ADFA, e que se referem ao Lar Militar, a Secretaria de Estado do MDN homologou um novo Regulamento, onde é criado a figura do Conselho Consultivo e do qual a ADFA faz parte.

A ADFA empenhou-se na resolução do caso dos chamados "Capitães-Coronéis", que culminou com o acórdão do Supremo Tribunal Constitucional, de 16 de Maio, aguardando-se, em 1997, a sua regulamentação.

3 - Intervenção na Política Nacional da Reabilitação

De acordo com os princípios de actuação da ADFA, em relação à Política Nacional de Reabilitação, a DN elaborou, e entregou, ao Senhor Secretário de Estado da Inserção Social o documento, intitulado "Estruturas Nacionais de Reabilitação", no qual se apresentam as medidas concretas para a reformulação do SNR, Conselho Nacional de Reabilitação, e o papel a desempenhar pelas ONG's neste domínio.

A ADFA esteve representada na cerimónia da posse do novo Secretário Nacional de Reabilitação, em 21 de Março, tendo divulgado um comunicado sobre as expectativas desta nomeação, alertando o Governo para a necessidade da tomada de medidas concretas na área da reabilitação.

Lamentamos constatar que, no final de 1996, nenhuma das medidas preconizadas e recomendadas foi adoptada.

A ADFA pronunciou-se, junto do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, com um parecer sobre o projecto de Decreto-Lei acerca da eliminação das barreiras arquitectónicas.

A ADFA esteve presente em várias realizações, efectuadas pelas organizações de e para pessoas com deficiência, nomeadamente, na 20ª Assembleia da Cerci Lisboa e no 2º Parlamento Nacional dos Deficientes.

4 - Intervenção Internacional

Na sequência do projecto de intenções acordado, entre o Senhor Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e a ADFA, relativo à criação, em Angola, de um centro piloto, que incluía a formação profissional e o fabrico de próteses e ortóteses, o Director do CRPG integrou a comitiva do Sr. Presidente da República, na visita que efectuou, àquele país de 8 a 11 de Janeiro.

Esta deslocação permitiu efectuar o 1º levantamento das realidades locais, tendo-se concluído haver uma boa aceitação do projecto, por parte das autoridades de Angola e da Associação Congénera AMMIGA.

A apresentação do anteprojecto foi entregue à Secretaria de Estado da Cooperação, no dia 8 de Abril.

O reconhecimento final da realidade local, em Angola, foi efectuado, no período de 21 de Julho a 2 de Agosto, por uma Delegação da ADFA, que desenvolveu contactos com entidades governamentais, centros de reabilitação e com organizações congéneres angolanas.

Esta visita permitiu a reunião de condições para a apresentação do projecto definitivo.

É de realçar que todo o trabalho desenvolvido, nesta área, foi realizado em estrita colaboração com a AMMIGA.

Em Setembro, o Senhor Ministro dos Combatentes da Liberdade da Pátria, da República de Guiné-Bissau, visitou a Sede da ADFA, solicitando o apoio da nossa Associação para acções de reabilitação dos combatentes deficientes guineenses.

A ADFA respondeu positivamente a estas solicitações, desde que se materializem os apoios financeiros, por parte do Governo Português. A ADFA aguarda, neste momento, resposta do Instituto Português para a Cooperação, no sentido de ser garantido o apoio a uma delegação sua para a deslocação àquele país.

Foi criado o núcleo da ADFA, em Maputo, tendo-se procedido ao acto eleitoral para a sua Direcção, esperando-se que, em 1997, seja possível desencadear acções concretas de desenvolvimento e apoio a esta estrutura da ADFA no Estrangeiro.

Em representação da FMAC, deslocou-se, em Dezembro, a Maputo, o membro do CN e associado Gabirio Fernandes, para participar no Congresso Internacional sobre os desmobilizados da Guerra de Moçambique, organizado pela UNESCO.

Uma vez que este Congresso não se realizou, o nosso representante efectuou vários contactos com as associações congéneres moçambicanas, Embaixada de Portugal e Núcleo da ADFA no Maputo.

A nível da nossa participação na FMAC, uma delegação da Associação participou, em Setembro, na 16ª reunião da CPAE, em Chipre, na qual foi eleito novo presidente desta Comissão. Dos trabalhos salientam-se os temas da paz e cooperação interna na Europa, da reabilitação dos deficientes militares e da revisão estatutária da própria federação.

A ADFA preparou a deslocação do secretário Geral da FMAC, a Nova Iorque, para contactar com o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Dr. Freitas de Amaral, no sentido da abordagem e agendamento, para reunião daquele órgão da ONU, do documento "Princípios Directores dos Direitos dos Deficientes e Vítimas de Guerra"; este assunto não foi, no entanto, contemplado na ordem de trabalhos da 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas e encontra-se em fase de apreciação, para agendamento na 51ª sessão daquela Assembleia.



«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

**URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE**

Linda-a-Velha (01) 4192083 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411466 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convênções com ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA,
EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados



**TAGUS Protocolo ADFA ADM's
AMBULÂNCIAS**

**A qualidade de um serviço moderno,
eficiente e personalizado à disposição dos
associados da ADFA.**



(01) 478 43 33 FAX (01) 478 43 34
Praceta das Descobertas, Ltº 9, Loja B-Paiã
1675 PONTINHA



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1996

Albuquerque do serviço de Psicologia Comportamental do Hospital Júlio de Matos, o Dr. Afonso Lourenço - Chefe do Serviço de Psiquiatria do HMR1 e Dr. Gustavo Wallestein, Psiquiatra que tem colaborado com a Delegação; fizeram-se representar o Comandante da Região Militar do Norte e o HMR1;

2 - Apoio Jurídico

Com o apoio da DN foi admitida para a Delegação uma Consultora Jurídica destinada a apoiar os associados residentes, nomeadamente, na área das Delegações do Porto, Famalicão e Bragança.

Os trabalhos desenvolvidos por esta Consultora Jurídica, foram articulados com os Serviços Jurídicos da Sede, que permitiu que também nesta área existisse uma descentralização e uma maior capacidade de resposta às solicitações dos associados.

3 - Vida Associativa

Foram efectuadas reuniões mensais e outras descentralizadas em vários locais tendo como tema principal as reivindicações legislativas.

Foram igualmente realizados convívios com diversos grupos de associados, colóquios e as habituais Festa de Natal e o Aniversário da Delegação.

Realça-se a inauguração do novo bar/sala de jogos que passou a constituir um local de convívio e animação associativa.

Os Órgãos Sociais da DD do Porto, estiveram presentes e participaram em todas as iniciativas de âmbito nacional realizadas na Sede, para além da presença em actividades realizadas noutras Delegações.

Merece destaque o empenhamento da Delegação na questão da Reivindicação Legislativa, colaborando, em cada momento, com os órgãos nacionais, através de sugestões e propostas para defesa da estratégia adoptada.

4 - Acções Recreativas e Culturais

Foram realizadas diversas manifestações culturais, recreativas e desportivas, quer nas instalações da Delegação, quer em vários locais como Escolas e Autarquias.

5 - Relacionamento com Entidades Cívicas e Militares

A Delegação desenvolveu todo um conjunto de actividades de relacionamento com as autarquias locais, Centro Regional de Segurança Social, Partidos Políticos e HMR1.

Manteve igualmente contactos com as Associações de e para pessoas com deficiência da área Norte.

Foi realizado um grande esforço no sentido de enriquecer e remodelar a área patrimonial da Delegação, tendo o bar sido transferido para as novas instalações. O restaurante da Delegação continua a assegurar o fornecimento de refeições a trabalhadores e associados, dentro do princípio de uma gestão equilibrada.

Foi tónica permanente da Delegação, a remodelação dos serviços, a formação do seu pessoal, e a criação de novas condições de acolhimento aos associados.

Resulta, da actuação dos órgãos sociais desta Delegação, um esforço de acompanhamento das grandes questões nacionais, transplantando permanentemente para a comunicação social as preocupações dos Deficientes militares, cujo eco foi bem sentido ao nível da informação escrita, televisiva e radiofónica.

10 - Delegação de Setúbal

A Delegação continuou a apoiar os associados na área administrativa e social.

Espera-se que após a superação de algumas questões pessoais que afectaram alguns membros dos órgãos sociais, o ano de 1997 conheça uma nova dinâmica desta Delegação.

11 - Delegação de Viseu

Constituiu um elevado momento associativo, a inauguração das novas instalações em Maio, que passaram a constituir património próprio da Associação.

No âmbito da inauguração das novas instalações, decorram uma série de actividades como:

Uma exposição sobre a Guerra Colonial e o 25 de Abril; uma Conferência no Instituto Piaget, um Colóquio na Escola Secundária de Mangualde sobre o Stress Pós-Traumático; um trabalho sobre o 25 de Abril na Escola Secundária de Celorico da Beira.

A Delegação modernizou os seus serviços, com a adopção de meios informáticos, tendo igualmente efectuado um convívio com cerca de 150 associados e suas famílias, no final do ano.

A Delegação de Viseu procurou manter-se atenta às questões de âmbito nacional da ADFA, tendo con-

tribuído igualmente com as suas sugestões para a melhor definição dos caminhos a seguir na área associativa.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, queremos alertar todos os associados para as alterações, havidas na apresentação das contas, em relação aos anos anteriores.

Este ano, apresentamos as contas da Sede, incluindo todas as actividades que se desenvolveram em Lisboa.

Para análise junto se publica:

- Demonstração de resultados e Balanço da Sede (inclui também os Serviços de Bar/Restaurante, ADFACAR, e Serviços Médicos).

- Demonstração de Resultados e Balanço da Tipografia-Escola

- Balancete das Despesas e Receitas com a Formação Profissional (Reabilitação).

Fomos obrigados a apresentar as contas da Sede, por não ser possível a apresentação das contas consolidadas, em virtude de não terem sido recebidos os documentos, e obviamente contabilizados, da Delegação de Castelo Branco (2º Semestre de 1996) e da Delegação de Ponta Delgada (4º Trimestre de 1996).

Nota Informativa

As actividades desenvolvidas na área de Lisboa (Sede Nacional), estão traduzidas nas várias peças contabilísticas que anexamos.

O tratamento contabilístico adoptado foi de acordo com os procedimentos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

Queremos realçar a continuação de investimentos, no montante de 13.487 contos, embora tivessem ficado aquém do previsto, em consequência apenas do atraso na sua aplicação.

De referir os montantes em bancos, os quais correspondem 36.000 contos de depósitos a prazo e os restantes como depósitos à ordem.

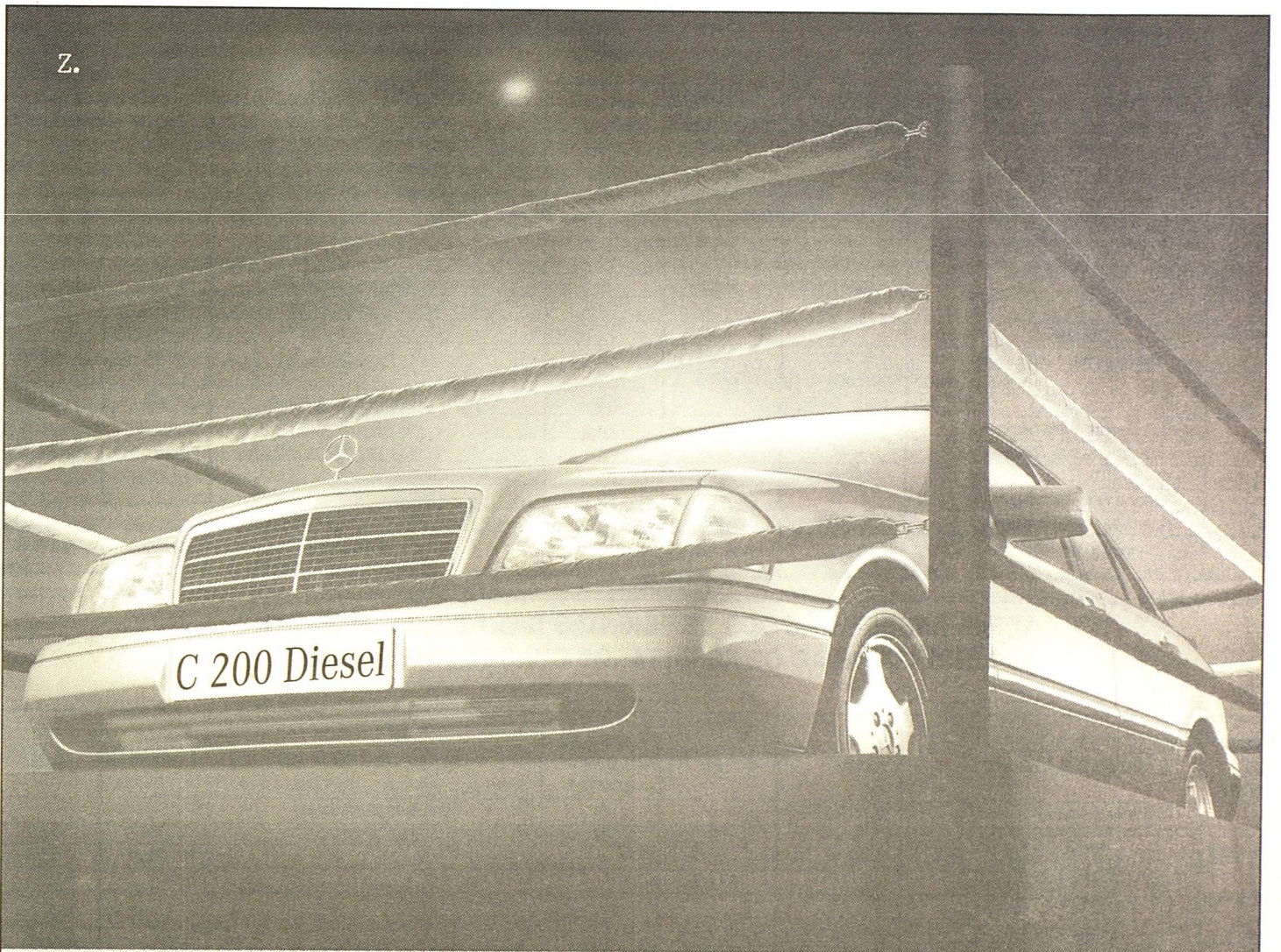
As existências referem-se ao Bar/Restaurante. As dívidas de terceiros no montante de 16.150 contos são considerados normais, considerando um activo líquido de 644.593 contos.

O total de capital próprio é no valor de 636.916 contos enquanto que as dívidas a terceiros são de 7471 contos.

Relativamente à demonstração de resultados há que realçar os montantes movimentados em receitas no total de 161.862 contos ou seja aproximadamente mais 45.000 contos que no ano de 1995.

A actividade do Bar/Restaurante, Serviços Médicos e ADFACAR, com receitas de 31.936 contos, correspondem a 20% das receitas totais, pelo que já tem um peso relevante.

As quotizações aumentaram 8,2% em relação ao ano de 1995.



Novo motor C200 Diesel. 4 válvulas e 88 cavalos prontos para o que der e vier.

► A Mercedes-Benz preparou para o mercado nacional um motor diesel de combate. Um motor exclusivo para o nosso mercado que já deu no passado grandes provas nas estradas portuguesas. É o regresso do agora musculado motor de dois litros com 88 cavalos que equipa os modelos C 200D e C 200D Station.

► Não é de agora que a Mercedes-Benz ganha por "Knock-out" o campeonato de motores diesel. A técnica de 4 válvulas, desenvolvida pela engenharia Mercedes-Benz vem exibindo, ao longo de vários anos, vantagens que deixam a concorrência "K.O.": um elevado binário em toda a gama de rotações, uma maior potência, redução em cerca de 15% de emissão de gases de escape e garantia de maior longevidade.

► Mas o dado mais importante é a economia. É que estes novos modelos da Mercedes consomem 6,8 litros aos 100 Km (a uma velocidade média de 120 Km/h), tornando-se num verdadeiro tormento para os gasolineheiros.

Classe C Limousine e Station
Desde 4.638 contos
(sem impostos)

Venha vê-lo no Concessionário



MERCAUTO, LDA.

Rua de Campolide, 437 (sete Rios), 1070 Lisboa
Salão de vendas: Tel.: 726 47 60 • Recepção de veículos: 726 90 58
Venda de peças: Tel: 726 34 34 • Fax: 726 94 88
Geral: Tel: 726 25 65 • Fax: 726 94 90

Salão de vendas aberto aos Sábados.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1996

Os subsídios à exploração aumentaram fundamentalmente em virtude do subsídio anual do M.D.N.

Outros proveitos operacionais também aumentaram relativamente ao ano anterior em aproximadamente 4.670 contos.

Os proveitos e ganhos extraordinários no montante de 5.855 contos, ou seja, mais 442 contos que em 1995.

Relativamente aos custos de mercadorias vendidas do Bar/Restaurante situaram-se nos 13101 contos.

O total de fornecimento e serviços externos no

valor de 22810 contos foram substancialmente inferiores aos 33.219 contos de 1995.

Quanto aos custos com pessoal situaram-se nos 55.047 contos, valor bastante superior a 1995, valor que inclui custos de colaboradores de outras áreas, nomeadamente, Bar/Restaurante, ADFACAR, Serviços Médicos e outros.

As amortizações também aumentaram por via da aquisição de imobilizado.

Outros custos operacionais situaram-se nos 11.665 contos nitidamente inferior ao ano anterior.

Como nota final e mais importante, temos o resultado líquido positivo de 20.647 contos.

A actividade deste Centro Produtivo, ainda se mantém nas instalações sitas na Rua Artilharia 1, mormente, todos os esforços efectuados para encontrar uma alternativa apropriada à sua reinstalação.

O ano de 1996, caracterizou-se por uma diminuição de vendas em relação a 1995, mas, ainda, bastante superior a 1994.

O aumento significativo com custos de pessoal e ainda fornecimento e serviços externos, aliados à crise do sector ocasionaram um resultado negativo de 5.850 contos.

Os valores em caixa e bancos ascendem a 22930

contos, o que corresponde a uma situação de desafio financeiro.

Grau de autonomia financeira72,88%
Solvabilidade2,69
Liquidez geral2,66
Cash Flow4.144 (contos)
Valor acrescentado bruto46.071 (contos)

Cursos de Formação Profissional 1996

Número de Cursos de Formação Profissional 8
 Total de Formandos 65

Descrição dos Cursos

1 - Escritório Electrónico - Estágio

Duração - 2/01/96 a 20/12/96

Nº Formandos - 11

Nº Total de horas - 1561

2 - Escritório Electrónico - Formação 1º ano

Duração - 8/04/96 a 20/12/96

Nº Formandos - 11

Nº Total de horas - 1099

3 - Téc. Sistemas Eléctricos Electrónicos - Formação 1º ano

Duração - 8/04/96 a 20/12/96

Nº Formandos - 10

Nº Total de horas - 1099

4 - Técn. Sistemas Eléctricos Electrónicos - Estágio

Duração - 02/01/96 a 20/12/96

Nº Formandos - 6

Nº Total de horas - 1561

5 - Encadernação

Duração - 02/01/96 a 20/12/96

Nº de Formandos - 3 (Formação 2º ano)

Nº de Formandos - 2 (Estágio)

Nº Total de horas - 1561

6 - Aplicações de Informática - Estágio (continuação do estágio iniciado em Set. 95)

Duração - 02/01/96 a 28/05/96

Nº de Formandos - 6

Nº Total de horas - 706

7 - Artes Gráficas

Duração - 02/01/96 a 20/12/96

Nº de Formandos - 2 (Formação 2º ano)

Nº de Formandos - 3 (Estágio)

Nº Total de horas - 1784

8 - Artesanato, Escultura e Pintura - Formação 2º ano

Duração - 02/01/96 a 20/12/96

Nº de Formandos - 11

Nº Total de horas - 1561

Custos Globais

Encargos com formandos30.889.413\$00
 Formadores14.955.170\$00
 Pessoal não docente16.970.878\$00
 Preparação2.000.105\$00
 Funcionamento7.831.479\$00
 Rendas, alugueres e amortizações ...2.957.640\$00
 Custo total elegível75.604.685\$00

Financiamento Custos Total elegível Esc. (1) %

1-Contribuição do FSE56.703.514\$0075%
 2-Contribuição pública nacional
 2.1 - O.S.S.18.901.171\$0025%
TOTAL75.604.685\$00100%

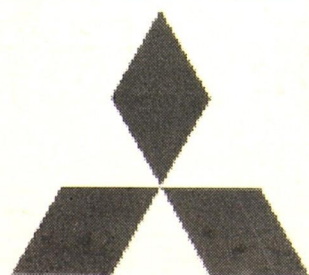
ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un.contos) TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1996	1995	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1996	1995
61	Custo das Mercadorias Vendidas	39.898	43.484	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	116.671	127.373
		39.898	43.484			116.671	127.373
62	Fornecimentos e Serviços Externos	30.631	26.528				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	23.969	18.382	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	3.998	3.643	74	Subsídios de Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		58.598	48.553				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	8.981	8.914				
67	Provisões	1.014	1.166				
		9.995	10.080	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	2.009	2.634
63	Impostos	70	318				
65	Outros Custos Operacionais	15.000	15.000			2.009	2.634
		15.070	15.318				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	993	756
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	1.945	4.137				
		1.945	4.137				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	17	2				
88	Resultado Líquido do Exercício	(5.850)	9.189				
	TOTAL DO DÉBITO	119.673	130.763		TOTAL DO CRÉDITO	119.673	130.763

TIPOGRAFIA

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un.contos) SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1996	1995	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1996	1995
61	Custo das Mercadorias Vendidas	13.101	0	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	31.936	6.602
		13.101	0			31.936	6.602
62	Fornecimentos e Serviços Externos	22.810	33.219				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	48.949	24.118	73	Proveitos Suplementares	0	180
645	Encargos Sociais	6.098	6.258	74	Subsídios de Exploração	70.562	57.400
				76	Outros Proveitos Operacionais	31.927	27.257
		77.857	63.595		Quotizações	19.570	17.611
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	20.565	18.775				
67	Provisões					122.059	102.448
		20.565	18.775	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	2.012	1.789
63	Impostos	24	24				
65	Outros Custos Operacionais	11.665	26.216				
	Dotações às Delegações	15.901	15.830			2.012	1.789
		27.590	42.070				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.855	5.413
68	Custos Financeiros						
	Juros de Serviços Bancários	297	254				
		297	254				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.815	15.360				
88	Resultado Líquido do Exercício	20.637	(23.802)				
	TOTAL DO DÉBITO	161.862	116.252		TOTAL DO CRÉDITO	161.862	116.252



**MITSUBISHI
 MOTORS**

CONCESSIONÁRIOS
 ALMADA - SEIXAL - SESIM-
 BRA

SONIPO Sociedade de Comércio de Automóveis, Lda.

Toda a gama em viaturas automáticas.

Atendimento personalizado por S. Amaidas (sócio da ADFA nº 8952)

Qta. da Algazarra, Lt. 13 - FEIJÓ - Telfs.:274 57 55 / 258 34 24

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1996

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—TIPOGRAFIA (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	1996	1995	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1996	1995
				LÍQUIDO	LÍQUIDO			PASSIVO LÍQUIDO	LÍQUIDO
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas						CAPITAL PRÓPRIO		
422	Edifícios e Outras Construções						Reservas		
423	Equipamento Básico	65.545	41.147	24.398	31.978	575	Subsídios		
424	Equipamento de Transporte	1.548	1.548	0	387	574	Reservas Livres	0	43.532
425	Ferramentas e Utensílios					573	Reservas	67.910	22.500
426	Equipamento Administrativo	2.438	525	1.913	2.120	59	Resultados Transitados	9.189	1.878
429	Outras Imobilizações Corpóreas							77.099	67.910
441/6	Imobilizações em Curso	1.062		1.062	1.062				
		70.593	43.220	26.311	34.485		Resultado Líquido do Exercício	(5.850)	9.189
							Total do Capital Próprio	71.249	77.099
	CIRCULANTE								
	Existências								
36	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	1.312		1.312	2.518		PASSIVO		
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acabados e Intermédios	533		533	778	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
33	Mercadorias								
		1.845		1.845	3.296				
							DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
						221	Fornecedores—c/Corrente	16.591	14.615
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO								
211	Clientes-C/Corrente	45.472	4.212	41.260	42.967	24	Estado e Outros Entes Públicos	3.600	3.448
24	Estado e Outros Entes Públicos					268	Outros Credores	1.996	16.716
268	Outros Devedores	92		92	2.449			22.187	34.779
		45.564	4.212	41.352	45.416				
							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
						273	Acréscimos de custos	110	38
12+13+14	Depósitos Bancários	22.642		22.642	26.073				
11	Caixa	288		288	1.584				
		22.930		22.930	27.657		Total do Passivo	22.297	34.817
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
272	Custos Diferidos	46		46					
	Total do Activo	140.978	47.432	93.546	111.916		Total do Capital Próprio e do Passivo	93.546	111.916

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—SEDE (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	1996	1995	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1996	1995
				LÍQUIDO	LÍQUIDO			PASSIVO LÍQUIDO	LÍQUIDO
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	578.741	23.866	554.875	566.450		Reservas		
423	Equipamento Básico	5.260	1.982	3.278	1.210	571	Reservas	639.746	529.522
424	Equipamento de Transporte	9.879	6.098	3.781	1.209	58	Reservas Livres	0	117.200
425	Ferramentas e Utensílios	904	777	127	196	59	Resultados Transitados	(23.467)	(6.975)
426	Equipamento Administrativo	52.541	34.037	18.504	17.933				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1.733	1.733	0				616.279	639.747
		649.058	68.493	580.565	586.998	88	Resultado Líquido do Exercício	20.637	(23.802)
							Total do Capital Próprio	636.916	615.945
	CIRCULANTE								
	Existências	954		954			PASSIVO		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	281		281					
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acabados e Intermédios								
32	Mercadorias	574		574	0	293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
		1.809		1.809			DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
						221	Fornecedores-c/Corrente	2.377	2.639
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO								
	Clientes-C/Corrente	22		22	73	24	Estado e Outros Entes Públicos	1.799	1.654
24	Estado e Outros Entes Públicos					268	Delegações	226	293
268	Centros Produtivos	8.996		8.996	14.662	268	Centros Produtivos	2.574	2.357
268	Delegações	4.709		4.709	2.458	268	Outros Credores	495	2.314
268	Outros Devedores	2.423		2.423	2.686			7.471	9.257
		16.150		16.150	19.879				
							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
						273	Acréscimos de Custos	206	
						274	Receitas com Provento Diferido		365
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS							206	365
159	Outros Títulos Negociáveis								
							Total do Passivo	7.677	9.622
12+13+14	Depósitos Bancários	45.223		45.223	18.531				
11	Caixa	734		734	159				
		45.957		45.957	18.690				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos								
272	Despesas com Custo Diferido	112		112					
	Total do Activo	713.086	68.493	644.593	625.567		Total do Capital Próprio e do Passivo	644.593	625.567

Universidades mal preparadas para alunos com necessidades especiais

Deficientes chumbam ensino superior

Sabina Xavier Pina

Em vez de apresentarem soluções concretas e definitivas para os problemas dos alunos deficientes, as universidades actuam como bombeiros, limitando-se a dar respostas a solicitações pontuais. O Governo desvia as atenções para problemas gerais do ensino superior e esquece as minorias. Dos estudantes deficientes as queixas são mais que muitas: os apoios não chegam, são caritativos e corporativistas.

As universidades portuguesas que, de uma forma geral, não dispõem de estruturas capazes de dar resposta às inquietações sociais da globalidade dos estudantes, estão atentas para os problemas inerentes à deficiência. Mas isso não chega e faltam soluções. Na prática, vão-se contornando as insuficiências, corrigindo as imperfeições e procurando caminho para superar os obstáculos, como é o caso das barreiras arquitectónicas dos edifícios adaptados para o ensino.

A tendência é incluir alguns apoios de emergência nos serviços de acção social e, na medida do possível, mover esforços para satisfazer as necessidades específicas que forem surgindo, de modo a que a realidade do deficiente que frequenta o ensino superior seja cada vez menos dura.

Na opinião de alguns alunos deficientes, os resultados dessa intervenção estão longe do que seria desejável, uma vez que não há resposta para o cerne do problema. A atribuição de bolsas de estudo aos alunos pertencentes a agregados familiares de fraco rendimento é uma das práticas correntes. No entanto, "esse critério não permite a satisfação das necessidades de todos e, nesse campo, a Universidade Nova de Lisboa (UNL) está na

FARINHO LOPES



Nas universidades, os problemas vão além das barreiras físicas

vanguarda nacional", disse Pedro Grilo coordenador do Gabinete Universitário de Apoio aos Alunos Deficientes da Faculdade de Economia de Universidade Nova de Lisboa. A este respeito Idalina Gomes, assistente social da UNL, adianta que "sem cair na ilegalidade, o serviço de assistência social pondera caso a caso, procurando atenuar o desfavorecimento a que os alunos deficientes estão sujeitos". A responsável diz ainda que esse procedimento "abrange um número significativo de estudantes que noutras circunstâncias nunca seriam contemplados". Porém, outra das lacunas que os deficientes apontam ao sistema das bolsas é que o montante que lhes é atribuído, além de ridiculamente insuficiente, é o mesmo que recebem os alunos sem problemas físicos. Segundo os deficientes, a injus-

tiça reside no facto de um aluno especial ter mais gastos ao nível da saúde e equipamento do que qualquer outro estudante.

Invisuais com mais estruturas

Em termos de infra-estruturas, a deficiência visual, no panorama de apoios aos alunos que frequentam o ensino superior em Portugal, é aquela que tem maior expressão. O Serviço de Apoio ao Estudante Deficiente Visual que funciona na Faculdade de Letras da Universidade do Porto é um dos exemplos. Paulo Demé, do Núcleo de Apoio aos Estudantes Deficientes (NAED) garante que não há lugar para a exclusão de nenhum tipo de deficiência no quadro das actividades do NAED: "A exis-

tência de um serviço de apoio específico para deficientes visuais nunca pode ser entendida como indicador de negligência para com outras situações. O Núcleo de Apoio aos Estudantes Deficientes é prova disso". A iniciativa partiu dos próprios estudantes invisuais e teve a colaboração da associação académica. O financiamento inicial veio da Gulbenkian, da Fundação da Juventude e também do próprio NAED.

Com a adesão da faculdade de Letras do Porto ao projecto, o serviço foi integrado na sua estrutura funcionando em articulação com o NAED. Hoje, um computador PC, uma impressora braille, um scanner, um CD-ROM, um sintetizador de voz e software, um gravador e um misturador constituem, entre outro material, o grosso do equipamento conseguido com a iniciativa. O serviço edita documentação sonora e em braille permitindo aos deficientes visuais o acesso a toda a documentação a negro, inclusive no desenvolvimento da sua actividade profissional.

A assistência aos estudantes deficientes na Universidade do Porto insere-se no âmbito da acção social universitária e é contemplada nos estatutos da organização. O objectivo principal é eliminar factores que contribuam para as desvantagens que afectem os cidadãos deficientes, através da promoção de ajudas técnicas indispensáveis ao estudo, nomeadamente, material para deficientes visuais, adaptação de modalidades de avaliação adequadas a cada situação, promoção de apoio pedagógico, estabelecimento e aprofundamento de contactos com instituições de reabilitação e integração social dos deficientes, garantia de serviços de medicina pedagógica e apoio psicológico. A divulgação é feita na folha informativa da Universidade, onde é anunciada a disponibilidade para dar resposta a outras necessidades também incluídas no quadro formal de assistência.

A estrutura de apoio aos deficientes da Universidade Clássica de Lisboa é idêntica à do Porto. Compete aos serviços de acção social dar resposta às necessidades que se apresentam. Para os invisuais foi criado um núcleo de apoio que funciona na Faculdade de Letras.

Já em Braga, tendo em atenção as limitações dos alunos deficientes, os serviços de acção social da Universidade do Minho estão disponíveis para - entre outras assistências possíveis -, proceder a adaptação dos métodos de avaliação, providenciar alojamentos adaptados para utilizadores de cadeiras de rodas e facilidade na prática do desportiva. O Ga-

binete de Apoio ao Estudante Deficiente, a funcionar desde 1994, faculta equipamentos indispensáveis a transcrição de documentos para braille, registo sonoro, entre outros.

Os problemas inerentes à deficiência estão incluídos no conjunto das preocupações sociais da Universidade de Coimbra. Os exames podem ser adaptados em função das situações de deficiência, desde que os interessados o solicitem. A Universidade fornece ajudas técnicas para o desenvolvimento da aprendizagem e está equipada com materiais para produzir documentos sonoros e em braille que podem ser requisitados. Além disso, existe disponibilidade para satisfazer outras necessidades.

Descentralização prejudica alunos

A descentralização das infra-estruturas nas universidades é um dos factores que influencia negativamente o aproveitamento das poucas estruturas de apoio existentes. Pedro Grilo sublinha a importância da criação de serviços de apoio psicológico e psicotécnico em cada faculdade, bem como a "aprovação de uma lei que melhor protegesse os deficientes no ensino, com ressalva da autonomia universitária". Às limitações inerentes à deficiência soma-se o ritmo da actividade escolar, as acessibilidades, os alojamentos não adaptados às necessidades específicas e os custos da condição física.

Os cidadãos portadores de deficiência entram no ensino superior através de sistemas de "contingentes especiais", um mecanismo que tem sido alvo de contestações. Existe o receio que com isso se possa caminhar para situações de proteccionismo que são formas sofisticadas de marginalização. No entanto, arranjar alternativas para situações relacionadas com a defesa dos cidadãos deficientes em Portugal não é tarefa fácil, já que ainda não se encontram reunidas todas as condições de integração social, sem recurso a este e outros instrumentos que eliminem as desvantagens que enfrentam num mundo onde impera a competitividade. "Diz-se que pela mesma razão os serviços sociais também deveriam assumir a providência dos casos de deficiência" explica Pedro Grilo que continua: "diante de questões que afectam a maioria, como é o caso das propinas ou da lei de bases, os problemas da deficiência não fazem eco junto do Ministério da Educação, ainda que as reivindicações sejam feitas de forma adequada", lamenta. ●

CRÉDITO HABITAÇÃO

O Crédito Habitação do Montepio Geral oferece-lhe os produtos e serviços que, de uma forma flexível, respondem às suas necessidades na área da habitação, qualquer que ela seja: principal, secundária ou para arrendamento.

Não paga qualquer comissão de abertura de processo, nem é penalizado em caso de amortizações ou liquidação antecipada. Bata à porta certa e saiba antecipadamente com o que pode contar.



MONTEPIO GERAL
HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Serviços médicos e psicossociais da Sede

Clínica Geral
médico: Dr. Fernando Brito
2ª - 13H00 5ª - 13H15

Psiquiatria
médico: Dr. José Tropa
6ª - 14H30

Urologia
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

Fisiatria
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

Análises Clínicas
6ª - 9H00 às 10H00

Psicologia Clínica e Stress de Guerra
Drª Teresa Infante
2ª, 3ª, e 4ª

Marcações: D. Elizabeth Couto

Serviço Social
Drª Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações: Departamento de Apoio aos Sócios(DAS)



Sérgio Machado dos Santos, presidente do CRUP

Presidente do CRUP em entrevista ao ELO

“Perante a Universidade todos os estudantes são iguais”

A DECISÃO do secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, de reter o direito à isenção de propinas para os filhos de militares mortos em combate, deficientes das Forças Armadas e filhos (ver ELO de Março) não merece a definição de qualquer posição por parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Em entrevista ao ELO (via fax) o presidente do CRUP, Sérgio Machado dos Santos, reafirma que, a continuarem, os regimes especiais não podem representar uma isenção de propinas, mas sim a forma de um subsídio do Estado ao estudante.

ELO — Qual a posição do CRUP em relação à decisão do secretário de Estado do Ensino Superior sobre a Lei 1/96 não poder ser aplicada aos deficientes militares, uma vez que se trata de uma “lei geral”?

Sérgio Machado dos Santos — O Conselho de Reitores não definiu qualquer posição sobre esta matéria. Aliás, com o valor da propina a 1200 escudos por ano, não faz sentido sequer perder tempo com a questão.

P.— Porque motivo os regimes especiais representam uma séria distorção do sistema de propinas

não sendo compatíveis com o quadro da autonomia universitária?

R.—O pagamento da propina insere-se no relacionamento Estudante-Universidade, constituindo a propina uma receita própria da Instituição. A ajuda para o pagamento da propina, seja por razões de ordem sócio-económica, de profissão exercida ou outra, insere-se na relação Estado-Estudante, através dos mecanismos de acção social.

Assim, a eventual existência de regimes especiais associados à propina terá que se traduzir, necessariamente, por um subsídio que o Estado atribui ao estudante que qualifique pelo regime especial. Perante a Universidade, todos os estudantes são iguais e, consequentemente, pagam a mesma propina.

P.— Porque razão considera o CRUP que o decreto-lei 358/70 põe em causa a maioria dos cursos de pós-graduação? Existem assim tantos casos?

R.— Não está em causa o decreto-lei nº 358/70, mas a totalidade dos regimes especiais, com particular incidência para o decreto-lei nº 524/72. Os cursos de mestrado funcionam com

poucos alunos (tipicamente 15) e só são parcialmente financiados pelo Ministério da Educação, pelo que a propina é imprescindível para que esses cursos possam funcionar. Há casos em que o número de alunos que seriam abrangidos pelos chamados regimes especiais, caso se aceitasse que estes se encontram a vigorar, são mais de metade dos alunos inscritos. A aplicação desses regimes inviabilizaria, portanto, o funcionamento do curso.

P.— Sendo que já aquando da publicação da Lei 20/92 e da Lei 5/94 estas foram consideradas como “leis gerais”, não estando em causa a “lei especial”, porque entendeu o CRUP, com a publicação da Lei 1/96, que os regimes especiais de isenção de propinas estariam ultrapassados pela nova Lei?

R.— Como se disse a propósito da primeira questão, o CRUP não definiu qualquer posição na sequência da Lei 1/96. Insiste-se que se considera imperativo que, a manterem-se regimes especiais, estes não podem representar uma isenção de propinas, assumindo antes a forma de um subsídio do Estado ao Estudante. ●

Nuno Crespo

AO SERVIÇO DA AGRICULTURA E DAS PESCAS

SOMOS O INTERLOCUTOR NACIONAL DO
**INSTRUMENTO FINANCEIRO
 DE ORIENTAÇÃO
 DAS PESCAS**

IFOP

CONSULTE OS NOSSOS SERVIÇOS.
 ESTAMOS EM TODO O PAÍS.



INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO
 AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS

LINHA AZUL
 Tel: (01) 353 44 56/58

Horário da Sede

Expediente
 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço
 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço
 Segunda a Sexta
 das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar
 Segunda a Sexta
 das 9h00 às 19h00

Consultas

Solicita-se
 a todos os associados
 que façam as marcações
 das consultas,
 com antecedência,
 pelos telefones:
 7570502 / 7570583
 7570422 / 7570645
 7570702 / 7570781

Associação pede união pela vida

Comunicado contra Lei do Aborto

A ASSOCIAÇÃO “Spina Bífida e Hidrocefalia” de Portugal (ASBIHP) está indignada com a aprovação da proposta de lei de interrupção voluntária de gravidez apresentada pelo deputado Stresht Monteiro. Num comunicado que enviou às associações de e para deficientes a ASBIHP faz um apelo “no sentido de unirem as forças na defesa da vida dos cidadãos deficientes”, que procuram no quotidiano um caminho para a integração nesta sociedade de diferenças que ainda tem dificuldade em aceitá-los “diferentes”.

Esta associação não questiona a legislação em termos gerais, mas considera que ela é contraproducente na medida em que põe em causa o trabalho que as instituições desta natureza têm desenvolvido junto de pessoas portadoras de deficiência. A ASBIHP repudia a proposta de Stresht Monteiro aprovada pela Assembleia da República a 19 de Fevereiro porque considera que, além de reduzir o ser humano a uma

máquina meramente funcional, constitui um “instrumento selectivo que faz lembrar o nazismo”.

Depois de ter manifestado a sua preocupação ao Presidente da República, Jorge Sampaio, a ASBIHP solicitou uma audiência com vários grupos parlamentares e enviou um comunicado a vários órgãos de comunicação social. Pensando “naqueles que ainda não nasceram”, o documento elaborado pela associação refere que os “deficientes não têm que dar a ninguém o direito de os exterminar simplesmente pelo facto de estarem avariados”, direito que - dizem - não conceder sequer à “própria mãe”. A organização lembra que, à semelhança das outras pessoas, os deficientes crescem, estudam e fazem desporto: “Os deficientes existem e também têm sentimentos. Riem e choram, casam e têm filhos” e pedem uma oportunidade para demonstrar a felicidade que sentem por estar vivos. ● S.X.P.

Algodão Puro

CAMISEIROS

Pátio Bagatella, Loja E, Rua Artilharia Um / Travessa da Légua da Póvoa
 Telef. 386 24 99 • Desconto para sócios da ADFA

